

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	19
1. CONFLITOS CIVIS E MEIOS DE COMPOSIÇÃO .....	23
1.1 Conflito: conceito e enfrentamento .....	23
1.1.1 Uma abordagem mais ampla das controvérsias .....	25
1.1.2 Uma nova visão também nos conflitos penais .....	29
1.2 Composição e solução de conflitos .....	32
1.3 Extensão e compreensão dos meios de composição .....	37
1.3.1 Autotutela: alcance .....	37
1.3.1.1 Legítima defesa e estado de necessidade .....	40
1.3.1.2 Autotutela nas obrigações específicas .....	42
1.3.1.3 Direito de vizinhança: corte em árvore e embargo de obra nova .....	43
1.3.1.4 Direito de retenção .....	44
1.3.2 Autocomposição: conceito e extensão .....	46
1.3.2.1 Disponibilidade do direito .....	48
1.3.2.2 Autocomposição unilateral .....	53
1.3.2.3 Autocomposição bilateral .....	59
1.3.3 Heterocomposição .....	74
1.3.3.1 Arbitragem .....	74
1.3.3.2. Jurisdição estatal contenciosa e voluntária ....	80
1.4 A configuração de um sistema pluriprocessual de composição de conflitos .....	86

1.5 Panorama geral das formas de composição de conflitos: visão esquemática .....	93
2. ACESSO À JUSTIÇA E VIA ADEQUADA DE COMPOSIÇÃO DE CONTROVÉRSIAS .....	95
2.1 Acesso à justiça no processo civil: obstáculos e supera- ção .....	95
2.2 Justiça consensual (coexistencial e conciliatória) <i>versus</i> modelo contencioso (antagonista) .....	101
2.2.1 Maior adequação da solução consensual .....	106
2.2.2 A obtenção legítima do consenso genuíno .....	111
2.2.3 Barreiras para a adoção do modelo consensual .....	114
2.3 A adoção da técnica adequada à abordagem do conflito .	116
2.3.1 Mudança de mentalidade .....	116
2.3.1.1 A formação do operador do direito .....	117
2.3.1.2 Tradição na intervenção estatal e abertura para novas possibilidades .....	121
2.4 Adequação da resposta e pacificação efetiva da controvérsia	124
2.5 A conduta do advogado diante da controvérsia .....	128
3. ACESSO AO PODER JUDICIÁRIO E INAFSTABILIDADE DA JURISDIÇÃO ESTATAL .....	131
3.1 A garantia de proteção judiciária .....	131
3.2 Direito de ação e devido processo legal .....	134
3.2.1 Requisitos para a apreciação do mérito .....	136
3.2.1.1 Pressupostos processuais e condições da ação	136
3.2.1.2 Tentativa prévia de conciliação como exigência para demandar .....	141
3.2.1.3 Instância administrativa, depósito e outros condicionamentos .....	146
3.3 Meio primário de composição de conflitos: atuação das partes ou via jurisdicional? .....	149
3.4 Prestação jurisdicional como serviço público à disposição do consumidor .....	153
3.4.1 Monopólio da jurisdição pelas Cortes de Justiça .....	155
3.4.2 Releitura da garantia de inafastabilidade da tutela juris- dicional: via jurisdicional como modalidade residual ...	159

3.5 Acesso à justiça por meio da tutela jurisdicional estatal: vantagens e desvantagens .....	165
3.5.1 Vantagens da prestação jurisdicional estatal .....	166
3.5.2 Desvantagens da solução estatal .....	170

4. MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: <i>ALTERNATIVE DISPUTE RESOLUTIONS</i> (“ADRS”) .....	179
4.1 Conceito e extensão .....	179
4.2 Mecanismos diferenciados: notícia de direito estrangeiro .....	182
4.3 Principais fundamentos para a adoção de meios alternativos de composição/solução de conflitos .....	186
4.3.1 Solução pacífica de conflitos .....	187
4.3.2 Adequação do método ao tipo de conflito .....	188
4.3.3 Crise no Poder Judiciário .....	190
4.4 Natureza jurídica: equivalentes jurisdicionais, mecanismos de justiça parajurisdicional ou jurisdição convencional? ....	193
4.5 Atuação do Estado no fomento aos “mecanismos alterna- tivos de solução de conflitos” .....	197
4.6 Acesso à justiça por meios “alternativos”: vantagens e desvantagens .....	201
4.6.1 Vantagens .....	201
4.6.2 Desvantagens .....	203
5. MEDIAÇÃO NOS CONFLITOS CIVIS .....	207
5.1 Conceito e expansão .....	207
5.2 Princípios informadores .....	209
5.2.1 Princípio ético: dignidade .....	210
5.2.2 Liberdade e poder de decisão das partes .....	211
5.2.3 Informalidade .....	213
5.2.4 Participação de terceiro imparcial .....	216
5.2.5 Não-competitividade .....	219
5.3 Finalidades .....	222
5.3.1 Restabelecimento da comunicação entre as partes ....	222
5.3.2 Preservação do relacionamento entre as partes .....	223
5.3.3 Prevenção de conflitos .....	225

5.3.4 Inclusão social .....	226
5.3.5 Pacificação social .....	228
5.4 O mediador .....	230
5.4.1 Funções básicas .....	230
5.4.2 Perfil: formação e capacitação .....	232
5.5 Modalidades de mediação .....	238
5.5.1 Mediação extrajudicial .....	238
5.5.2 Mediação no processo civil .....	241
5.5.2.1 Mediação prévia e sua exigência: constituio- nalidade? .....	242
5.5.2.2 Mediação incidental .....	248
5.6 Panorama normativo brasileiro .....	252
5.6.1 Normas sobre mediação .....	252
5.6.1.1 Provimentos e resoluções de Tribunais sobre mediação .....	255
5.6.1.2 Referência implícita ao possível resultado da mediação: acordo extrajudicial homologado em juízo como “novo” título executivo judicial ...	257
5.6.2 Projetos de lei sobre mediação e processo civil .....	259
5.7 Espectro de abrangência da mediação .....	263
5.7.1 Vedações: impossibilidade absoluta de autocomposi- ção ou inadequação por situações críticas peculiares	264
5.7.1.1 Impossibilidade de composição pela indispo- nibilidade absoluta do direito .....	264
5.7.1.2 Inadequação em situações críticas peculiares	266
5.7.2 Mediação nos conflitos privados: possibilidades .....	268
5.7.2.1 Mediação e contratos .....	270
5.7.2.2 Mediação e responsabilidade civil .....	274
5.7.2.3 Mediação e direito das coisas .....	276
5.7.2.4 Mediação e direito de família .....	278
5.7.2.5 Mediação e direito das sucessões .....	286
5.7.2.6 Mediação no direito empresarial .....	290
5.8 A contribuição da mediação para a composição dos con- flitos civis .....	293

GLOSSÁRIO .....	295
-----------------	-----

REFERÊNCIAS .....	299
-------------------	-----